



MOBILIZAÇÕES, PASSEATA E ATO SHOW MARCAM O DIA NACIONAL DE LUTA



O dia do aniversário da Petrobrás, 3 de outubro, foi de luta contra o desmonte da empresa. E de defesa das estatais. Servidores do estado, trabalhadores dos Correios, da Casa da Moeda, da Cedae, do setor elétrico, petroleiros, bancários e representantes de movimentos sociais participaram de manifestações no Centro do Rio.

Temer anunciou a privatização de 57 empresas e projetos, incluindo a Casa da Moeda e aeroportos. E no Rio de Janeiro

o governo do estado anunciou a privatização da Cedae. Para resistir a todo este desmonte a unidade dos trabalhadores é fundamental.

Assim como o setor metalúrgico conseguiu superar as diferenças ideológicas e unir todas as centrais em um movimento unitário de defesa da categoria, é importante que os petroleiros se unifiquem em defesa da Petrobrás e contra a tentativa de retrocessos no acordo coletivo de 2017. O Sindipetro-RJ e a Federação Nacional dos Petro-

leiros defendem a realização de mesa única com a Petrobrás e a construção de uma agenda unificada de luta.

Assim como é importante que os trabalhadores de todas as categorias se unam contra as mudanças na legislação trabalhista aprovadas no Congresso Nacional e que tem previsão de entrada em vigor em novembro. Uma greve geral contra estas alterações pode ser a única alternativa para estancar a sangria de direitos que está sendo imposta por Temer e o Congresso Nacional.

**PROTESTO NO LEILÃO
DA ANP:**

página 2 e 3

**5/10 É DIA DE LUTA
CONTRA O BENZENO**

página 6

**PETROS: APOSENTADOS
FAZEM MANIFESTAÇÃO**

página 7

PETROBRAS SALVA O LEILÃO DA ANP

Os porta vozes do mercado anunciaram com euforia que pela primeira vez em 11 anos o governo leiloou blocos com potencial de reservas no Pré-Sal, sob o regime de concessão, que não impõe a participação da Petrobras no contrato. As áreas faziam parte da lista de oferta da 14ª rodada de licitações da ANP, realizada em 27/09. Às vésperas do leilão, a imprensa comemorava que as novas regras entreguistas atraíram 32 empresas, dentre elas, 6 que nunca participaram de um leilão no Brasil, como se isso fosse alguma vantagem para o país. Mas que regras são essas?



O saldo final teria sido irrelevante, não fossem os lances surpreendentes da Companhia.

Em julho deste ano, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou a nova política de exploração e produção de petróleo do país, a qual prevê planos plurianuais para a realização de leilões de áreas exploratórias e maior “flexibilidade” nas regras. Paralelamente, o Ministério de Minas e Energia (MME) busca aumentar as ofertas dos leilões, incluindo áreas que estavam previstas para os anos posteriores, além de articulações para incluir o excedente da Cessão Onerosa no pacote (à revelia das deliberações da 28ª reunião do CNPE, ocorrida em 24/06/2014. Vide boletim do Sindipetro-RJ nº XVI). A estratégia do saque ao país abrange também a venda de ativos da Eletrobras no segmento de gera-

ção, conforme também ocorreu no dia 27/09, com o leilão de 4 usinas hidrelétricas da Cemig. Tudo sob o pretexto de necessidade de caixa para o fechamento das contas públicas, sem que os reais problemas do país sejam atacados.

Dando continuidade às medidas de preparação do “clima” para os leilões, em agosto deste ano o governo federal publicou em diário oficial a Medida Provisória 795/2017, que estabelece uma nova tributação para o setor petrolífero, e o Decreto 9128/2017, que tem como ponto principal a prorrogação por mais 20 anos do Repetro, regime que suspende tributos federais na área de exploração offshore, com isenção da cobrança de tributos sobre importação. Absurdamente, o senhor Pedro Parente afirmou à imprensa que o Repetro, o fim da obrigatoriedade da Petrobras ser operadora única nos campos do Pré-Sal e a revisão das regras de conteúdo local como proposta são “elementos que elevam a competitividade dos ativos que serão oferecidos nos próximos leilões”; uma visão totalmente pró mercado.

Iniciando o leilão da 14ª Rodada, a Petrobras arrematou o bloco terrestre PAR-T-175, na Bacia do Paraná, pagando R\$ 1,69 milhão em bônus de assinatura, com ágio de 305%, e um compromisso de investimentos mínimos de R\$ 20,5 milhões. O objetivo foi “aumentar o portfólio de gás da Companhia”.

No decorrer do leilão, o ritmo das aquisições seguia aquém do esperado. Nos momentos finais, no entanto, a Petrobras participou fortemente e salvou a ANP e o governo de um fiasco. O total de bônus arrecadado foi de R\$ 3,842 bilhões, enquanto a expectativa era de R\$ 1,7 bilhão. Foi a maior arrecadação da história!

Na Bacia de Campos, o bloco C-M-346, previamente anunciado como a “cereja do bolo”, foi o destaque do dia. A Petrobras apresentou a maior oferta da rodada, de R\$ 2,24 bilhões, em consórcio com a ExxonMobil. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que o valor pago pelo bloco foi “acima do esperado, mas não está fora do radar para a área”. O consórcio formado por Petrobras (operadora, com 50%) e ExxonMobil (50%) arrematou, ao todo, 6 blocos na Bacia de Campos. As companhias pagarão R\$ 3,55 bilhões pelas áreas, localizadas nas chamadas “franjas do Pré-Sal”, e salvaram a arrecadação total do leilão. A ExxonMobil retornou com força, até porque precisa desesperadamente recompor suas reservas, e as “vozes do mercado” comemoram que o Brasil a esteja ajudando neste propósito.

De acordo com informações da imprensa, a Petrobras pagará um total de R\$ 1,8 milhão em bônus de assinatura pela aquisição dos sete blocos; seis offshore. A empresa informou que o valor representa 0,8% dos investimentos previstos no PNG 2017-2021 e será remanejado dentro do orçamento.

Se por um lado, todos comemoram a arrecadação recordista dentre todos os leilões no modelo de concessão, o número de áreas arrematadas foi um dos mais baixos registrados pela ANP, ou seja, apenas 37 dos 287 blocos oferecidos foram arrematados (12,89% do total). O saldo final teria sido irrelevante, não fossem os lances surpreendentes da Companhia.

Qual será a estratégia? Salvar a Petrobras do fantasma da dívida ou salvar o governo entreguista e as multinacionais do petróleo?

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinícius | (21)3034-7307/7337 | **Edição e redação:** Claudia de Abreu (MTb 17.081-RJ) | **Redação:** André Lobão (MTb 28.307-RJ) | **Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Carlos Soares (Mtb. 3698) | **Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Ilustrações:** Luís Cláudio (Mega) | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 12.000

PROTESTOS MARCAM 14ª RODADA

O Sindipetro-RJ esteve presente nas manifestações que marcaram a realização da 14ª Rodada e acompanhou desde o início o certame ocorrido no Windsor Barra Hotel – Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

“Tem uma mentira colocada aqui quando se chama isso que vimos hoje de processo licitatório. Basta observamos a situação de cartas marcadas ao ver que só uma empresa participou da aquisição de determinado bloco numa só proposta. O Governo corrupto de Temer escolhe o pior momento para vender o nosso petróleo e a melhor forma de entregar nossas reservas às empresas estrangeiras” – analisa Vinicius Camargo, diretor do Sindipetro-RJ em entrevista para a Telesur (<https://www.youtube.com/watch?v=kvwvBqEtfbk>)

Protesto de povos originários e petroleiros – Durante o evento, indígenas Kaingang, petroleiros e integrantes da ONG 350.org foram impedidos e agredidos pela segurança contratada pela ANP, ao tentarem continuar um protesto no acesso ao auditório do Windsor.

“Estamos diante desse leilão cuja arbitrariedade fica clara quando se realiza de portas fechadas e sabemos que pela lei qualquer leilão deve ser realizado de portas abertas e não foi isso que aconteceu aqui!” – disse a atriz Cássia Kiss, integrante do protesto contra a realização do leilão. (<https://youtu.be/IOBrPOw5QLs>)

“Para nós é uma ameaça, tudo que se mexe na terra, principalmente, o que fica abaixo do aquífero Guarani, para nós é uma ameaça à sobrevivên-

cia para nossas gerações, de povos originários e outros povos, como até o homem branco. Sabemos que as empresas petroleiras não pensam nisso, é público que o dinheiro do petróleo corrompe tudo. Basta ver o que aconteceu nos últimos anos no Brasil. Precisamos defender o nosso território brasileiro, não podemos ficar nessa situação na qual tiram os nossos direitos, levam as nossas riquezas” – denunciou Kretã Kaingang

Os povos originários, junto com a ONG 350.org, denunciaram como o processo de faturamento hidráulico, conhecido como “fracking”, pode afetar os mananciais e lençóis freáticos. Em uma performance, denunciaram como a indústria do petróleo contamina a água e afeta as pessoas. (<https://www.youtube.com/watch?v=ivnKQOG6tiY>)

A ENTREGA CONTINUA

A ANP tem em seu programa a realização de mais dois leilões em 2017. Além da 14ª Rodada de Licitações, estão programadas a 2ª e a 3ª Rodadas sob Regime de Partilha na área do Pré-Sal. A 2ª Rodada está prevista para dia 27 de outubro e vai ofertar quatro áreas com jazidas unitizáveis, ou seja, adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área concedida (Gato do Mato, Carcará, Tartaruga Verde e Sapinhoá). A 3ª Rodada ofertará as áreas de Pau Brasil, Peroba e Alto de Cabo Frio-Oeste, na Bacia de Santos, e a área de Alto de Cabo Frio-Central nas Bacias de Santos e Campos.

LIGAÇÕES PERIGOSAS: FALCONI



De acordo com a publicação Isto é Gente de 28/05/2001, as ligações entre o sr. Pedro Parente e o empresário Vicente Falconi vêm de longa data: “No primeiro fim de semana no cargo (de ministro), enquanto tentava relaxar no seu sítio, próximo a Brasília, (Pedro Parente) já fazia contatos com o consultor de gestão, Vicenti Falconi, visando a definir um planejamento e monitoramento da questão energética do País” (http://www.terra.com.br/istoegenete/94/reportagem/pedro_parente.htm).

O Sindipetro-RJ vem denunciando a contratação sem licitação da consultoria de Falconi por parte da direção da Petrobras (vide boletins nº XII e XIX). Esta empresa é responsável pela famigerada política do Orçamento Base Zero.

DIA DE MANIFESTAÇÕES EM DEFESA DA PETROBRÁS E DAS ESTATAIS



Ato em frente à Cedae na manhã do dia 3 de outubro

O Dia Nacional de Luta em Defesa das Estatais e Contra as Contrarreformas e Privatizações teve início com a realização de um ato que reuniu representantes do Sindipetro-RJ, do Sindicato dos Trabalhadores de Saneamento e Meio Ambiente (Sintsama), do Sindicato dos trabalhadores dos Correios e do movimento SOS Emprego, entre outras categorias e movimentos em frente à sede da Cedae, na Avenida Presidente Vargas, Centro do Rio de Janeiro. No início do ato os trabalhadores do Sintsama e do SOS Emprego ocuparam o hall do prédio da empresa.

Nos discursos, a revolta contra a situação de calamidade financeira e econômica do Estado do Rio de Janeiro, governado há tempos pelo PMDB e que agora com Luiz Fernando Pezão deixa os funcionários públicos ativos e aposentados à míngua com atrasos contumazes de salários e proventos. E com a desculpa para resolver o problema privatiza a Cedae em conluio com o governo federal.

Ainda bem cedo, no Terminal Aquaviário Baía de Guanabara (TABG), os trabalhadores da Petrobrás realizaram um "trancaço" no início do expediente no terminal, localizado na Ilha do Governador.

DESPERDÍCIO EM TEMPOS DE CRISE

Como foi amplamente noticiado pela imprensa, as peças e sistemas que serviriam para a montagem das plataformas P-71 e P72, cerca de 80 mil toneladas de material, foram vendidas como sucata. Segundo denúncias, a P-71 estava com mais de metade dos blocos edificadas e dezenas de equipamentos e material de obra comprados.

Resgatando o histórico, em 2010, a Ecovix venceu a licitação de quase R\$ 10 bilhões para montar 8 cascos para a Petrobras, porém, apenas 3 ficaram prontos. Com a Operação Lava Jato, os dirigentes do estaleiro foram presos e a

empresa entrou em recuperação judicial. Por esta razão, a Petrobras suspendeu o contrato com a Ecovix em dezembro do ano passado e mandou vender o material. Segundo a direção da empresa, a decisão levou em conta os problemas iniciados em 2010 e teria sido a melhor saída para o problema.

O Sindipetro-RJ exigirá da direção da Petrobras que apresente claramente os critérios que levaram a uma decisão caracterizada por um impensável desperdício em tempos de crise.



Dorina canta no ato show do Sindipetro-RJ na Cinelândia

Logo depois, a partir das 11h, teve início um ato que ficou concentrado na porta da sede da Eletrobrás, na avenida Presidente Vargas, próximo à Candelária. Presença de trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Casa da Moeda, do Movimento dos Atingidos por Barragens e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), além de centrais sindicais e movimentos sociais.

“Precisamos entender todo esse contexto que as estatais estão passando, um verdadeiro absurdo. Hoje saiu uma notícia de que o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Pinto, disse que a Petrobrás será a próxima empresa a ser vendida. Por isso, devemos estar aqui defendendo todas estatais do Brasil, defendendo a dignidade do emprego. Estão querendo transformar os trabalhadores brasileiros em escravos do capital. O Temer faz um ataque traiçoeiro contra o povo não tendo competência para vender nada do patrimônio brasileiro” – disse Adaedson da Costa, coordenador da FNP e presidente do Sindipetro-LP.



O diretor da Federação Nacional dos Petroleiros Celso Cafu reafirmou a luta da categoria petroleira na defesa dos aposentados e pensionistas do sistema Petrobrás e contra os retrocessos neoliberais de Temer: “É justo que todo povo brasileiro possa estar aqui defendendo as estatais, o patrimônio do Brasil. Nesse conjunto desses retrocessos além das privatizações dessas empresas tem também a contrarreforma da Previdência que atinge principalmente os aposentados, e, claro, os trabalhadores da ativa. Então, todos devem participar, além disso, o emprego está em jogo

com essa outra contrarreforma que é a Trabalhista que vai prejudicar muita gente quando entrar em vigor”.

O ato, a partir de meio dia, ocupou grande parte da avenida Rio Branco e partiu em direção à sede da Petrobrás, Edise, com a presença de cerca de 10 mil pessoas. Lá, o Sindipetro-RJ disponibilizou um carro de som com falas abertas a quem quisesse discursar, ao contrário de outro carro de som posicionado nas proximidades que impedia críticas nos seus microfones a governos anteriores a Temer.

A programação do Dia Nacional de Luta terminou com a realização de um ato show na Cinelândia, organizado pelo Sindipetro-RJ.

PRIVATIZAÇÃO DO DINHEIRO DO BRASIL

A pulverização das estatais promovida por Michel Temer chegou até à Casa da Moeda, que apesar dos 323 anos de existência está na lista das 57 empresas na verdadeira “xepa” de estatais promovida pelo governo federal.

“Essa luta é da sociedade brasileira que está assistindo seus direitos e vontades sendo retirados por este governo neoliberal. Um governo que já congelou os gastos sociais por 20 anos, um atraso para o país, um governo que aprovou um retrocesso trabalhista e quer aprovar outro previdenciário. Agora nós trabalhadores de empresas estatais, que são estratégicas para o país, como Eletrobrás, Petrobrás e Casa da Moeda temos neste momento nossos empregos ameaçados por causa desse projeto de entrega de nossas riquezas ao capital internacional. Cabe a nós trabalhadores resistir a isso, e vamos continuar” – denunciou Aluizio Júnior, presidente do Sindicato Nacional do Moedeiros .



5 DE OUTUBRO



DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A EXPOSIÇÃO AO BENZENO

A LUTA CONTRA O BENZENO NA PETROBRÁS

O Sindipetro-RJ atua em suas bases educando e fiscalizando o manuseio do benzeno.

No Cenpes, esteve diretamente relacionado às melhorias ao estabelecer contato mais próximo com os profissionais de SMS e cobrar melhorias contínuas à gerência. O estabelecimento de uma pauta fixa nas reuniões ordinárias da Cipa e do Comitê Local de SMS destacaram a necessidade da luta pela prevenção e abriu os olhos da gerência para o risco que até então era minimizado.

Em anos anteriores eram frequentes alterações nos exames de trans trans mucônico dos trabalhadores. No Cenpes, existem muitos laboratórios com grande variedade de produtos (petróleo, gasolina, nafta etc.), o que torna o ambiente de difícil controle. Tudo que há nas unidades operacionais do Sistema Petrobras há também no Cenpes, em escala bem menor. Após a discussão das características mistas da unidade e a revisão das atividades dos grupos homogêneos de exposição (GHEs), foram feitas melhorias nos controles dos riscos. A ação de prevenção não pode ser uma receita pronta, pois cada local de trabalho possui suas particularidades. Muitas alterações dos indicadores biológicos de exposição (IBE) se davam no efetivo dos escritórios, mas os terceirizados estavam fora das análises das exposições ocupacionais.

Hoje temos uma maior interação entre os trabalhadores e o SMS. Muitas mudanças no sistema de capelas e coifas foram implementadas como boas práticas pelo SMS e as inspeções capitaneadas pela Cipa, além de reuniões constantes de nivelamento do Programa de prevenção de exposição ocupacional ao benzeno (PPEOB), aproximaram o Grupo de Representação dos Trabalhadores do Benzeno (GTB) e o SMS.

No TABG, o GTB conseguiu uma conquista para os trabalhadores. Hoje, devido a muita cobrança do GTB e da Cipa, o terminal conta com amostradores fechados para os pontos de coletas

das linhas que operam com nafta e gasolina. Estes amostradores estão em fase de teste e caso apresentem bom desempenho, será utilizado o mesmo modelo para as linhas onde operam petróleo e para os tanques de nafta, gasolina e lastro.

As drenagens de canhões que operam no TABG com produtos que têm benzeno em sua composição são uma falha de projeto que pode afetar os trabalhadores. Há também preocupação com as casas de controle dos píeres, pois estas deveriam ter pressão positiva e não há. O sistema de ar-condicionado central do laboratório e a saída dos lavadores de garrafas e das capelas não possuem filtragem de benzeno. Além disso, a exposição ao benzeno não consta no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores, assim como em todo Sistema Petrobras.

No Tebig, assim como em todo Sistema Petrobrás, continua a ser utilizado o Valor de Referência Tecnológico (VRT) como limite de segurança. A iniciativa para tomadas de ações de controle e de melhorias contínuas só ocorre quando a avaliação quantitativa for acima de 0,5 ppm. Assim, o benzeno nesse terminal é tratado apenas no PPRRA, apesar de todas as normas brasileiras estabelecerem que por ser uma substância cancerígena, não há limite seguro de exposição.

Em anos anteriores era comum a falta de conhecimento sobre os indicadores (IBE), mas com a discussão das características mistas da unidade e a revisão das atividades dos GHEs foi feita uma melhora nos controles dos riscos.

O Cenpes é tratado como uma área nebulosa, sendo administrativo e ao mesmo tempo industrial e por isso as ações de prevenção precisam ser adaptadas a cada setor. Muitos laboratórios e pouco volume dos produtos (petróleo, gasolina, nafta, etc.) tornam um ambiente difícil de controlar. Há analogia com as refinarias e terminais, pois tudo que há nas unidades do Sistema Petrobrás há no Cenpes em escala bem menor. (texto produzido por Dener, Nascimento e Antonia)



Faltou à Petrobrás moral e ética. Ela ficou brigando comigo na Justiça ao invés de reconhecer que o Roberto morreu por uma contaminação, que está mais que provada. Mas a cada vez que ela brigava comigo, me dava mais força pra seguir em frente e provar a causa da morte dele, que foi a exposição ao benzeno. Prometi aos meus filhos que levaria isso até a última instância



JULIA KRAPPA, VIÚVA DE ROBERTO KRAPPA, petroleiro da RPBC que faleceu no dia 5 de outubro de 2004, vítima da exposição ao Benzeno. O Dia Nacional de Luta Contra a Exposição ao Benzeno foi escolhido nesta data em homenagem ao companheiro e como forma de manter vivas a sua memória e a luta de sua esposa, Julia Krappa. Assista à ENTREVISTA completa no site cnpbz.com.br

DÍVIDA PÚBLICA É QUESTIONADA EM AUDIÊNCIA NA ALERJ

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) realizou nesta segunda-feira (2) uma Audiência Pública pela Comissão de Representação da Dívida Ativa que contou a participação da auditora, Maria Lúcia Fatorelli, integrante do Movimento Dívida Pública Cidadã que explicou a situação da dívida pública do Estado após a formalização do acordo da dívida com a União, que na verdade é um contrato de securitização. O estado tem a receber em dívidas de empresas mais de 77 bilhões de reais.

“A propaganda falsa de que aqueles créditos de difícil cobrança vão ser resolvidos através da securitização é na verdade uma mentira. Somente os créditos bons entraram nessa solução, provocando um dano enorme nas finanças do estado e envolve diversas

ilegalidades como a contratação de operação de crédito de maneira disfarçada com o desvio de receitas ainda na rede bancária. De tal maneira que aqueles créditos líquidos e certos, pagos pelos contribuintes vão chegar à rede bancária, mas não irão para os cofres do estado. Vão na verdade para uma conta vinculada, e dessa mesma conta haverá o sequestro de parte desses recursos que nem alcançaram o orçamento do Estado do Rio de Janeiro. Isso é flagrantemente ilegal de desvio da rede arrecadadora” – explicou Maria Lúcia Fatorelli que é auditora da Receita Federal.

Fatorelli acredita que a sociedade brasileira e o Rio de Janeiro precisam se mobilizar contra a dilapidação do patrimônio público do Estado e denuncia a criação de uma empre-

sa estatal Companhia Fluminense de Securitização (CFSEC): *“É preciso que a sociedade acorde, não podemos aceitar essa entrega da Cedae e outros patrimônios como foi feito com outras empresas do estado como o Banerj, por exemplo, e criar uma empresa estatal para operar esquema financeiro que vai lesar ainda mais as finanças do estado. Nós esperamos que o Ministério Público, a Procuradoria da Fazenda, os órgãos de controle, aqui do Rio de Janeiro, junto com a Alerj tomem as devidas providências e não deixem esse esquema financeiro fraudulento lesar mais uma vez o povo fluminense”*.

Na próxima segunda-feira dia 9 de outubro será realizada mais uma sessão da Comissão de Representação da Dívida Ativa, presidida pelo Deputado Paulo Ramos do PSol.



TST DEBATE RMNR DIA 27

O Tribunal Superior do Trabalho vai realizar audiência pública que discutirá a incidência ou não de adicionais legais, convencionais ou contratuais na parcela denominada Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR) da Petrobrás. Ela vai acontecer no dia 27 de outubro às 9h.

Por conta dos repetitivos recursos, o TST decidiu ouvir os interessados no tema e a decisão a ser tomada será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça do Trabalho. Os interessados em participar devem se inscrever até o dia 13 pelo link <http://www.tst.jus.br/audiencia-publica-irr-21900-13-2011>.

TERCEIRIZADOS DO CENPES MOBILIZADOS

Os trabalhadores das empresas Nova Rio e Aut Vale que trabalham no Centro de Pesquisa da Petrobrás (Cenpes), organizaram-se entre os dias 19 e 20 de setembro, mostrando que não vão aceitar a contínua falta de respeito aos direitos de quem trabalha na unidade como terceirizado.

Em comum nos movimentos, de-

núncias de demissões sumárias e sem justificativa, além de uma sobrecarga de trabalho, que levou 16 trabalhadores a passar mal durante o expediente. Tratamento truculento e possíveis perseguições, dentre outras questões, marcaram as falas dos terceirizados. Além de tudo, um direito importante que não está sendo garantido por ambas as empresas com plena convên-

cia da Petrobras: o não pagamento do adicional de 30% por periculosidade. Vale lembrar que todos os funcionários efetivados da Petrobrás que exercem suas funções no Cenpes recebem o adicional. Se todos trabalham no mesmo local, nada mais justo o tratamento isonômico para próprios e contratados. O corte de custos não pode se estender a tudo.

APOSENTADOS FAZEM PROTESTO

Petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás realizaram manifestação em frente à sede da Fundação Petros, no Centro do Rio, na tarde do dia 3/10, para protestar contra a proposta de Equacionamento do Déficit do plano Petros. Os aposentados realizaram também a assembleia sobre

o acordo coletivo de trabalho, rejeitando por unanimidade a proposta apresentada pela Petrobrás. O clima era de revolta entre aposentados e pensionistas.

“Essa proposta coloca mais uma vez a culpa da crise nas costas dos trabalhadores. As direções da Petros e da Petrobrás informam que esse déficit

chega já a um valor de R\$ 27 bi, com o objetivo claro de dismantelar o plano. Esse equacionamento vai afetar quem está trabalhando na ativa, os aposentados e até os pensionistas, um verdadeiro absurdo. Por isso, não podemos deixar barato essa situação”, disse Vinicius Camargo, diretor do Sindipetro-RJ.

SE TRABALHADORES NÃO REAGIREM, O PLANO PODE SER INVIABILIZADO



O petroleiro Ronaldo Tedesco, membro do Conselho Deliberativo da Petros e ex-presidente do Conselho Fiscal, afirmou em seu voto, que há 14 anos as contas da Petros são denunciadas por membros do Conselho Fiscal, que recomendam sua rejeição. Nos últimos quatro anos até mesmo os conselheiros das patrocinadoras apontam a necessidade de se refazer as contas apresentadas. Mesmo assim, elas são aprovadas pelo Conselho Deliberativo, que se recusa inclusive a publicar os pareceres do Conselho Fiscal, contrariando o princípio da transparência na gestão da Petros.

A patrocinadora já admitiu em documento aos acionistas e órgãos de

controle que “identifica deficiências no processo de geração de dados usados para calcular o passivo atuarial”. O erro de dimensionamento do passivo atuarial pode gerar grandes problemas ou mesmo inviabilizar o plano em algum momento futuro.

Ações judiciais – As ações movidas pelos participantes tiveram por base o descumprimento da norma de reajuste (art 41) que determina a paridade no reajuste com os empregados da ativa.

“Nada justifica a omissão da Petrobras em pagar à Petros a parte que corresponde à patrocinadora nas condenações judiciais que estabeleceram a condenação solidária (...) e a Petros recuperaria 50%

dos valores já pagos nas referidas ações judiciais”, diz Tedesco em seu voto.

Em relação à RMNR, por exemplo, a Petrobras e a BR ficaram até setembro de 2011 sem recolher para o Plano BD as contribuições desta parte do salário. Após notificada judicialmente a Petros reconheceu o erro e afirmou que os recolhimentos sobre o Complemento de RMNR do período 2007 a 2011 seriam realizados. Mas até agora o aporte não aconteceu.

E denuncia: “Sucessivas diretorias da Petros e também o Conselho Deliberativo da Fundação não cumpriram sua obrigação fiduciária de efetivar o Regulamento, cobrando das patrocinadoras os seus compromissos”.